
GRATO-GRUPO DE APOIO AOS TOXICODEPENDENTES

Anexo

30 de Março de 2017



Índice

| | | |
|-------|---|----|
| 1 | Identificação da Entidade..... | 3 |
| 2 | Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras..... | 3 |
| 3 | Principais Políticas Contabilísticas..... | 4 |
| 3.1 | Bases de Apresentação..... | 4 |
| 3.2 | Políticas de Reconhecimento e Mensuração..... | 5 |
| 4 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:..... | 10 |
| 5 | Ativos Fixos Tangíveis..... | 10 |
| 6 | Activos Intangíveis..... | 12 |
| 7 | Inventários..... | 13 |
| 8 | Rédito..... | 13 |
| 9 | Subsídios do Governo e apoios do Governo..... | 14 |
| 10 | Benefícios dos empregados..... | 14 |
| 11 | Divulgações exigidas por outros diplomas legais..... | 14 |
| 12 | Outras Informações..... | 15 |
| 12.1 | Investimentos Financeiros..... | 15 |
| 12.2 | Outras contas a receber..... | 15 |
| 12.3 | Diferimentos..... | 15 |
| 12.4 | Caixa e Depósitos Bancários..... | 16 |
| 12.5 | Fundos Patrimoniais..... | 16 |
| 12.6 | Fornecedores..... | 16 |
| 12.7 | Estado e Outros Entes Públicos..... | 16 |
| 12.8 | Subsídios, doações e legados à exploração..... | 17 |
| 12.9 | Fornecimentos e serviços externos..... | 17 |
| 12.10 | Outros rendimentos e ganhos..... | 17 |
| 12.11 | Outros gastos e perdas..... | 17 |
| 12.12 | Resultados Financeiros..... | 18 |
| 12.13 | Acontecimentos após data de Balanço..... | 18 |



1 Identificação da Entidade

O “GRATO-GRUPO DE APOIO AOS TOXICODPENDENTES” é uma Instituição Particular sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação” com os Estatutos publicados no Diário da República n.º 15, Série III de 19/01/2004 com sede em AVENIDA GUANARE, (PAVILHAO) 8500-507 PORTIMAO. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- ✓ a prestação de serviços à comunidade desfavorecida e excluída socialmente: apoio e reinserção social dos toxicodpendentes; apoio à infância; apoio às famílias (criando oportunidades de trabalho, bem como creches, lactários e jardins de infância). Prevenção, acolhimento, tratamento, acompanhamento, pré-profissionalização, ocupação de tempos livres e sensibilização da sociedade em geral para toda esta problemática.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- ✓ Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- ✓ Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- ✓ Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- ✓ NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- ✓ Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.



3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- ✓ A natureza da reclassificação;
- ✓ A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- ✓ Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

| Descrição | Vida útil estimada (anos) |
|--------------------------------|---------------------------|
| Terrenos e recursos naturais | ----- |
| Edifícios e outras construções | 50 |
| Equipamento básico | 6 |
| Equipamento de transporte | 5 |
| Equipamento biológico | ----- |
| Equipamento administrativo | 6 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 3 |

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à

perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem, têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

| Descrição | Vida útil estimada (anos) |
|-----------------------------|---------------------------|
| Projetos de Desenvolvimento | ----- |
| Programas de Computador | 3 |
| Propriedade industrial | ----- |
| Outros Ativos Intangíveis | ----- |

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- ✓ Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- ✓ Houver um mercado ativo para este ativo, e
- ✓ Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- ✓ Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- ✓ Fundos acumulados e outros excedentes;
- ✓ Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- ✓ Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- ✓ Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) **As instituições particulares de solidariedade social** e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os

abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

| 2015 | | | | | | |
|--------------------------------|-------------------|-----------------------|--------------|------------------|----------------|-------------------|
| Descrição | Saldo inicial | Aquisições / Dotações | Abates | Transferências | Revalorizações | Saldo final |
| Custo | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 340.089,95 | | | | | 340.089,95 |
| Equipamento básico | 21.726,17 | 676,23 | 25,00 | | | 22.377,40 |
| Equipamento de transporte | 27.671,43 | | | | | 27.671,43 |
| Equipamento biológico | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Equipamento administrativo | 85.172,35 | 974,20 | | | | 86.146,55 |
| Outros Ativos fixos tangíveis | 13.551,45 | 1.170,91 | | 13.352,58 | | 1.369,78 |
| Total | 488.211,35 | 2.821,34,00 | 25,00 | 13.352,58 | 0,00 | 477.655,11 |
| Depreciações acumuladas | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 27.207,20 | 6.801,80 | | | | 34.009,00 |
| Equipamento básico | 18.955,80 | 1.288,39 | 25,00 | | | 20.219,19 |
| Equipamento de transporte | 23.471,43 | 1.400,00 | | | | 24.871,43 |
| Equipamento biológico | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Equipamento administrativo | 74.363,93 | 5.136,93 | | | | 79.500,86 |
| Outros Ativos fixos tangíveis | 13.551,45 | 390,26 | | 12.571,94 | | 1.369,77 |
| Total | 157.549,81 | 15.017,38 | 25,00 | 12.571,94 | 0,00 | 159.970,25 |

| 2016 | | | | | | |
|--------------------------------|-------------------|-----------------------|--------------|----------------|----------------|-------------------|
| Descrição | Saldo inicial | Aquisições / Dotações | Abates | Transferências | Revalorizações | Saldo final |
| Custo | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 340.089,95 | | | | | 340.089,95 |
| Equipamento básico | 22.377,40 | 1.753,94 | | | | 24.131,34 |
| Equipamento de transporte | 27.671,43 | | | | | 27.671,43 |
| Equipamento biológico | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Equipamento administrativo | 86.146,55 | 868,01 | 85,00 | | | 86.929,56 |
| Outros Ativos fixos tangíveis | 1.369,78 | | | | | 1.369,78 |
| Total | 477.655,11 | 2.621,95 | 85,00 | 0,00 | 0,00 | 480.192,06 |
| Depreciações acumuladas | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 34.009,00 | 6.801,80 | | | | 40.810,80 |
| Equipamento básico | 20.219,19 | 1.397,51 | | | | 21.616,70 |
| Equipamento de transporte | 24.871,43 | 1.400,00 | | | | 26.271,43 |
| Equipamento biológico | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Equipamento administrativo | 79.500,86 | 3.776,12 | | | | 83.276,98 |
| Outros Ativos fixos tangíveis | 1.369,77 | | | | | 1.369,77 |
| Total | 159.970,25 | 13.375,43 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 173.345,68 |

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

| 2015 | | | | | | |
|--------------------------------|---------------|-----------------------|-------------|------------------|----------------|------------------|
| Descrição | Saldo inicial | Aquisições / Dotações | Abates | Transferências | Revalorizações | Saldo final |
| Custo | | | | | | |
| Goodwill | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Projetos de Desenvolvimento | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Programas de Computador | 0,00 | | | 13.352,58 | | 13.352,58 |
| Propriedade Industrial | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Outros Ativos intangíveis | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Total | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.352,58 | 0,00 | 13.352,58 |
| Depreciações acumuladas | | | | | | |
| Goodwill | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Projetos de Desenvolvimento | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Programas de Computador | 0,00 | | | 12.571,94 | | 12.571,94 |
| Propriedade Industrial | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Outros Ativos intangíveis | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Total | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.571,94 | 0,00 | 12.571,94 |

| 2016 | | | | | | |
|--------------------------------|------------------|-----------------------|-------------|----------------|----------------|------------------|
| Descrição | Saldo inicial | Aquisições / Dotações | Abates | Transferências | Revalorizações | Saldo final |
| Custo | | | | | | |
| Goodwill | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Projetos de Desenvolvimento | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Programas de Computador | 13.352,58 | | | | | 13.352,58 |
| Propriedade Industrial | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Outros Ativos intangíveis | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Total | 13.352,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.352,58 |
| Depreciações acumuladas | | | | | | |
| Goodwill | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Projetos de Desenvolvimento | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Programas de Computador | 12.571,94 | 390,26 | | | | 12.962,20 |
| Propriedade Industrial | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Outros Ativos intangíveis | 0,00 | | | | | 0,00 |
| Total | 12.571,94 | 390,26 | 0,00 | | 0,00 | 12.962,20 |

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

| Descrição | 2015 | | | | 2016 | | |
|--|--------------------|------------------|-----------------------------------|------------------|------------------|-----------------------------------|------------------|
| | Inventário inicial | Compras | Reclassificações e Regularizações | Inventário final | Compras | Reclassificações e Regularizações | Inventário final |
| Mercadorias | 0,00 | 54.352,87 | 54.352,87 | 0,00 | 39.523,00 | 39.523,00 | 0,00 |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 171,60 | 7.089,63 | 542,74 | 184,76 | 6.452,92 | 0,00 | 0,00 |
| Produtos acabados e intermédios | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Produtos e trabalhos em curso | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Total | 171,60 | 61.442,50 | 54.895,61 | 184,76 | 45.975,92 | 39.523,00 | 0,00 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | | | | 7.619,21 | | | 6.637,68 |
| Variações nos inventários da produção | | | | 0,00 | | | 0,00 |

8 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|--|------------------|------------------|
| Vendas | 0,00 | 0,00 |
| Prestação de Serviços | | |
| Quotas de utilizadores | 49.846,51 | 46.368,96 |
| Quotas e jóias | 1.330,00 | 1.629,00 |
| Promoções para captação de recursos | 0,00 | 0,00 |
| Rendimentos de patrocinadores e colaborações | 0,00 | 0,00 |
| Juros | 2.776,00 | 2.842,92 |
| Royalties | 0,00 | 0,00 |
| Dividendos | 0,00 | 0,00 |
| Total | 53.952,51 | 50.840,88 |

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

| Descrição | 2016 | 2015 |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Subsídios do Governo | | |
| ISS, IP – Centro Distrital | 486.298,13 | 480.860,09 |
| Outros | 3.956,58 | 1.441,68 |
| Apoios do Governo | | |
| Total | 490.254,71 | 482.301,77 |

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2015, foram, respetivamente "11" e "11". De um período para outro verificou-se a saída do Ex.mo Sr António Bentes Francês, Vice-Presidente da Direção, tendo sido substituído pelo Ex.mo Sr. Joaquim Magalhães.

Os órgãos diretivos não usufruem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de "37" e em 31/12/2016 foi de "36".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Remunerações aos Órgãos Sociais | 0,00 | 0,00 |
| Remunerações ao pessoal | 426.812,50 | 409.810,28 |
| Benefícios Pós-Emprego | 0,00 | 0,00 |
| Indemnizações | 0,00 | 0,00 |
| Encargos sobre as Remunerações | 86.329,30 | 80.983,32 |
| Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais | 3.315,43 | 2.979,14 |
| Gastos de Ação Social | 1.136,20 | 1.136,20 |
| Outros Gastos com o Pessoal | 13,95 | 100,86 |
| Total | 517.607,38 | 495.009,80 |

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---|---------------|---------------|
| Investimentos em subsidiárias | 0,00 | 0,00 |
| Método de Equivalência Patrimonial | 0,00 | 0,00 |
| Outros Métodos | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos em associadas | 0,00 | 0,00 |
| Método de Equivalência Patrimonial | 0,00 | 0,00 |
| Outros Métodos | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos em entidades conjuntamente controladas | 0,00 | 0,00 |
| Método de Equivalência Patrimonial | 0,00 | 0,00 |
| Outros Métodos | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos noutras empresas | 0,00 | 0,00 |
| Outros investimentos financeiros | 856,72 | 481,24 |
| Perdas por Imparidade Acumuladas | 0,00 | 0,00 |
| Total | 856,72 | 481,24 |

12.2 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---|---------------|---------------|
| Remunerações a pagar ao pessoal | 0,00 | 0,00 |
| Adiantamentos ao pessoal | 0,00 | 0,00 |
| Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos | 0,00 | 0,00 |
| Devedores por acréscimos de rendimentos | 0,00 | 0,00 |
| Outras operações | 0,00 | 0,00 |
| Outros Devedores | 327,33 | 650,66 |
| Perdas por Imparidade | 0,00 | 0,00 |
| Total | 327,33 | 650,66 |

12.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---------------------------------|-----------------|-----------------|
| Gastos a Reconhecer | | |
| | 1.377,06 | 1.273,38 |
| Total | 1.377,06 | 1.273,38 |
| Rendimentos a Reconhecer | | |
| Total | 0,00 | 0,00 |

12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa | 1.789,74 | 4.216,97 |
| Depósitos à ordem | 117.521,99 | 77.465,68 |
| Depósitos a prazo | 145.000,00 | 175.000,00 |
| Outros | | |
| Total | 264.311,73 | 256.682,65 |

12.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

| Descrição | Saldo Inicial | Aumentos | Diminuições | Saldo Final |
|--|-------------------|------------------|------------------|-------------------|
| Fundos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Excedentes técnicos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reservas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultados transitados | 238.511,78 | 0,00 | -3.812,84 | 234.698,94 |
| Excedentes de revalorização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras variações nos fundos patrimoniais | 282.079,34 | 32.177,88 | 0,00 | 314.257,22 |
| Total | 520.591,12 | 32.177,88 | -3.812,84 | 548.956,16 |

12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---|-----------------|-----------------|
| Fornecedores c/c | 1.121,63 | 1.192,05 |
| Fornecedores títulos a pagar | 0,00 | 0,00 |
| Fornecedores faturas em receção e conferência | 0,00 | 0,00 |
| Total | 1.121,63 | 1.192,05 |

12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|--|-----------------|------------------|
| Ativo | | |
| Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC) | 0,00 | 0,00 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) | 0,00 | 0,00 |
| Outros Impostos e Taxas | 0,00 | 0,00 |
| Total | 0,00 | 0,00 |
| Passivo | | |
| Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC) | 0,00 | 0,00 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) | 0,00 | 0,00 |
| Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS) | 0,00 | 0,00 |
| Segurança Social | 9.737,57 | 11.423,66 |
| Outros Impostos e Taxas | 0,00 | 0,00 |
| Total | 9.737,57 | 11.423,66 |



12.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---|-------------------|-------------------|
| Subsídios do Estado e outros entes públicos | 490.254,71 | 482.788,56 |
| Subsídios de outras entidades | 0,00 | 1.441,68 |
| Doações e heranças | 39.622,00 | 55.734,50 |
| Legados | 0,00 | 0,00 |
| Total | 529.876,71 | 539.964,74 |

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

12.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Subcontratos | 0,00 | 0,00 |
| Serviços especializados | 10.322,98 | 8.300,45 |
| Materiais | 6.585,90 | 4.842,93 |
| Energia e fluidos | 13.836,00 | 14.972,50 |
| Deslocações, estadas e transportes | 636,14 | 331,56 |
| Serviços diversos | 14.877,97 | 14.953,74 |
| Total | 46.258,99 | 43.401,18 |

12.10 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|--|------------------|------------------|
| Rendimentos Suplementares | 6.214,19 | 4.298,95 |
| Descontos de pronto pagamento obtidos | 0,00 | 0,00 |
| Recuperação de dívidas a receber | 0,00 | 0,00 |
| Ganhos em inventários | 0,00 | 0,00 |
| Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | 0,00 | 0,00 |
| Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros | 0,00 | 0,00 |
| Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros | 0,00 | 59,99 |
| Outros rendimentos e ganhos | 16.414,30 | 20.882,42 |
| Total | 22.628,49 | 25.241,36 |

12.11 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---|------------------|------------------|
| Impostos | 0,00 | 0,00 |
| Descontos de pronto pagamento concedidos | 0,00 | 0,00 |
| Dívidas incobráveis | 0,00 | 0,00 |
| Perdas em inventários | 0,00 | 0,00 |
| Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | 0,00 | 0,00 |
| Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros | 0,00 | 0,00 |
| Gastos e perdas investimentos não financeiros | 0,00 | 0,00 |
| Outros Gastos e Perdas | 39.828,63 | 58.816,00 |
| Total | 39.828,63 | 58.816,00 |

12.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|--|-----------------|-----------------|
| Juros e gastos similares suportados | | |
| Juros suportados | 0,00 | 0,00 |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | 0,00 | 0,00 |
| Outros gastos e perdas de financiamento | 0,00 | 0,00 |
| Total | 0,00 | 0,00 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | |
| Juros obtidos | 2.776,00 | 2.842,92 |
| Dividendos obtidos | 0,00 | 0,00 |
| Outros Rendimentos similares | 0,00 | 0,00 |
| Total | 2.776,00 | 2.842,92 |
| Resultados Financeiros | 2.776,00 | 2.842,92 |

12.13 Acontecimentos após data de Balanço


Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Assembleia Geral no dia 31 de Março de 2017.

Portimão, 31 de Dezembro de 2016

O Contabilista Certificado





**Grupo de Apoio aos
Toxicodependentes**

IPSS - Instituição Particular
Solidária de Interesse Social

UTILIDADE PÚBLICA

Av. Guanaré (Pavilhão), 8500-507 Portimão
Tel./Fax: 282 419 306 • Tlm: 969 753 177

E-mail: gratoptm@gmail.com

NIPC: 503 441 767

GRATO-GRUPO DE APOIO AOS TOXICDEPENDENTES
AVENIDA GUANARE, (PAVILHAO)
8500-507 PORTIMAO
NIF:503441767 - Publicação em Diário da República